

ALIANÇA PELO CENTRO HISTÓRICO: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE LEGITIMAÇÃO DOS PROCESSOS DE HIGIENIZAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO

(“Aliança pelo Centro Histórico”: discursive strategies legitimating hygienization processes in the city of São Paulo)

Léa Tosold ¹

Lennita Oliveira Ruggi ²

Rosimeire Barboza Silva ³

ABSTRACT

The aim of this paper is to investigate the discursive strategies used by the Aliança pelo Centro Histórico in the media in order to reveal the existing conflict between the rights of the disadvantaged groups and the financial interests that takes place in the central area of the city of São Paulo. The undertaken analysis is based on Critical Discourse Analysis (specially Fairclough and van Dijk). It reveals the existence of a process of dehumanization of homeless people, which legitimates both violence and a politics of expulsion of this group from the city center.

Keywords: *Associação Viva o Centro, Aliança pelo Centro Histórico, homelessness, critical discourse analysis, hygienization*

RESUMO

O objetivo deste texto é investigar o conflito existente entre os direitos das classes populares e os interesses financeiros em jogo na região central da cidade de São Paulo, através de um exame das estratégias discursivas de legitimação da Aliança pelo Centro Histórico na mídia hegemônica. A análise empreendida, sustentada pelos aportes teóricos da Análise Crítica do

1. Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil).
2. Professora de Sociologia da Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR, Brasil) e mestre em Sociologia pela mesma instituição.
3. Doutoranda em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC, Portugal).

Discurso (notadamente Fairclough e van Dijk), aponta a existência de um processo de desumanização de pessoas em situação de rua, corroborando a violência e a política de expulsão dessa parcela da população do espaço público.

Palavras-chave: Associação Viva o Centro, Aliança pelo Centro Histórico, população em situação de rua, análise crítica do discurso, higienização

Introdução

Cidadãos que habitam as ruas do centro [de São Paulo] e que tentam se proteger do frio deste inverno estão sendo desrespeitados e agredidos. A qualquer hora do dia ou da noite, veem suas roupas e cobertores confiscados ou molhados pelos jatos d'água dos carros-pipa da prefeitura, são obrigados a fugir dos sprays de pimenta que lhes são lançados por policiais diretamente em seus rostos. Essa ação higienista não vê diferença entre o lixo ou os seres humanos aos quais só resta a rua para viver. Sem um teto, sem trabalho, sem adequada política pública de atendimento social, estas pessoas, especialmente desde o dia 3 de julho, vêm sofrendo seguidos atos violentos. (Carta Aberta da Aliança pela Vida, 2008).

Tal denúncia diz respeito à intensificação de ações higienistas catapultadas em julho de 2008 pelo início das atividades da Aliança pelo Centro Histórico, uma parceria público-privada para “revitalizar” o centro da cidade de São Paulo. Capitaneada pela Associação Viva o Centro, o objetivo declarado da Aliança é alcançar a “qualidade total” na região do Triângulo Histórico através de um programa de “zeladoria urbana”. A iniciativa busca garantir “24 horas por dia, 7 dias por semana (...) os serviços [de]: assistência a pessoas em situação de rua, segurança, limpeza e iluminação, manutenção de pisos e áreas verdes, controle do uso indevido do espaço público e poluição visual e sonora”⁴. A melhoria da área é imaginada como um processo de

4. Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/bancodados/alianca/alianca.htm>.

ablução diretamente ligado à segurança, encobrendo a dimensão violenta que preconiza. Os jatos d'água contra cidadãos e cidadãs que habitam a região enunciam a necessidade de “limpeza” em favor de uma política urbana excludente.

As propostas da Aliança pelo Centro Histórico desencadearam desde sua divulgação questionamentos por parte da sociedade civil organizada, dentre as quais a Carta Aberta citada acima é exemplo contundente. A Aliança pela Vida, responsável por sua elaboração, é uma articulação criada em julho de 2008 pelos movimentos⁵ da população em situação de rua e suas/seus apoiadoras/es, com objetivo de contestar as ações de “qualidade total” no Centro Histórico. Suas denúncias pautaram nos debates públicos o conflito existente entre os direitos das classes populares e os interesses financeiros em jogo na região central da capital paulista, bem como o processo de desumanização que legitima a violência contra determinados grupos, em especial pessoas em situação de rua. A divergência política dessas perspectivas é expressa de forma palpável nas diferenças de vocabulário empregado pelos discursos em circulação. Enquanto a Aliança pelo Centro Histórico privilegia a necessidade de “serviços, assistência, segurança, limpeza e iluminação, manutenção e controle”, a Aliança pela Vida contesta ações “higienistas, violentas, desrespeitosas e agressivas” nomeando deliberadamente as pessoas em situação de rua como “cidadãs”.

Enquanto ativistas/pesquisadoras engajadas na defesa dos direitos humanos e na contestação das desigualdades, compartilhamos com a Aliança pela Vida o entendimento de que o exercício da cidadania é um direito independente de endereço. Nesse artigo, é nosso interesse investigar os debates públicos sobre a Aliança pelo Centro Histórico a partir da análise dos textos presentes em jornais de grande circulação. Argumentaremos que a mídia hegemônica acatou a terminologia, as iniciativas e a perspectiva da Aliança pelo Centro Histórico, ignorando e silenciando os direitos da população em situação de rua. Fruto dos

5. Nesse período a Aliança pela Vida era composta, entre outras/os parceiras/os, pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e o Movimento pelos Direitos da População em Situação de Rua de São Paulo (MDPSRSP).

debates realizados durante o VII Colóquio da Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica sobre a Pobreza Extrema (REDLAD), este trabalho integra uma investigação mais ampla sobre a apropriação privada do espaço público por parte da Aliança pelo Centro Histórico, que inclui a análise do discurso sob a perspectiva dos direitos humanos (Ruggi; Silva; Tosold, 2012), bem como o exame da relação das estratégias discursivas da Aliança pelo Centro Histórico e o acesso desigual à comunicação (Oliveira Filha; Ruggi; Silva; Tosold, 2012).

Devido ao limite de espaço, não incluímos aqui a apreciação de produções midiáticas que poderiam oferecer um contraponto à mídia hegemônica, como as reportagens do jornal *O Trecheiro: Notícias do Povo da Rua*, voltado à população em situação de rua. Entendemos que não apenas a análise fica empobrecida com essa ausência, como também nos arriscamos a legitimar a pretensa homogeneidade dos debates públicos, desconsiderando discursos contra-hegemônicos relevantes. Esperamos que o reconhecimento dessa lacuna e a homenagem em forma de epígrafe possam amenizar os limites da presente proposta.

As páginas a seguir estão organizadas em três sessões: na primeira, apresentaremos brevemente o aporte teórico focado na Análise Crítica do Discurso que orienta a pesquisa; na segunda contextualizaremos a criação da Aliança pelo Centro Histórico, indicando em linhas gerais sua proposta de atuação em São Paulo; na terceira relataremos a análise empírica através do exame aprofundado de duas reportagens publicadas por jornais de grande circulação em 2008 noticiando a implementação da Aliança pelo Centro Histórico.

1. Aporte teórico: Análise Crítica do Discurso

Como argumenta Teun van Dijk (1988: 24), Análise Crítica do Discurso (ACD) é um termo ambíguo. Empreendimento multidisciplinar por excelência e crescentemente estabelecido no campo acadêmico internacional, dentre os inúmeros objetivos da ACD não está elaborar uma teoria única e totalizante. Ao enumerar as diversas

tendências presentes na ACD, Ruth Wodak (2006: 7-19) identifica pelo menos seis vertentes analíticas, algumas delas com um/a único/a representante. Mesmo dificultando a delimitação de um conceito definitivo, a heterogeneidade dos enfoques permite a continuidade dos debates e, por conseguinte, mantém presente o potencial de inovação. Nos parece adequado, neste contexto, corroborar a aceção de Wodak, para quem ACD é antes de mais nada uma abordagem metodológica.

Forough Rahimi e Iran Mohammad Javad Riasati (2011) enfatizam que, combinando análise linguística, crítica da ideologia e psicologia cognitiva, um dos principais desígnios da ACD é “descobrir” (*uncover*) as relações de poder implícitas nos discursos, investigando especialmente as enunciações que circulam na esfera pública. Trata-se, portanto, de compartilhar um enfoque engajado com o potencial de aproximar diferentes disciplinas e abordagens no campo das humanidades.

Apresentaremos a seguir lampejos dos aportes teóricos que subsidiam nossa metodologia de pesquisa, incorporando contribuições tanto de Norman Fairclough quanto de Teun van Dijk, sem nos determos nas divergências entre as correntes. Ao investigar as diferenças entre seguidores de van Dijk e Fairclough, Cléber Pacheco Guimarães (2012) demonstra que a pretensa contenda teórica não implica necessariamente em variação significativa entre as sínteses analíticas. Nesse sentido, ressaltaremos a inspiração virtualmente diletante que as obras desses autores nos oferecem, cientes de que aproximar suas abordagens pode acarretar em inconsistências teóricas que, pelo menos por ora, não temos esperança de sanar.

Norman Fairclough é considerado um dos principais autores no campo da ACD por ter contribuído significativamente na construção de um enquadramento teórico passível de ser mobilizado em outras pesquisas (Rahimi; Riasati, 2011). Tendo em Michel Foucault referência cardeal, Fairclough aprofunda o conceito de ordem do discurso, entendendo-a como uma prática social que organiza e delimita a linguagem. Seu objetivo é identificar as estratégias ideológicas presentes nos textos, já que estes surgem de (e em) relações de poder. Para Fairclough o desvelar dos artifícios implícitos da ideologia é em si

empreendimento político, visto que “a opacidade dessas relações entre o discurso e a sociedade é ela própria um fator que assegura o poder e a hegemonia” (Fairclough, 2001a: 35). Sua perspectiva de ACD está menos interessada em descrever “o que” do que salientar os “comos” e “porques” presentes nos textos. O princípio analítico é, obviamente, que há pressuposições valorativas (nada inocentes) passíveis de serem identificadas, descortinando a “agenda oculta” de uma determinada ordem do discurso e os benefícios ao poder que ela proporciona.

Na percepção de Fairclough (2001b), cada texto traz inscrita uma chave indicando a leitura preferencial de sua estrutura. Cabe à ACD deslindar tais chaves, ultrapassando os limites do texto para referir-se ao processo de interação discursivo/social mais amplo. Assim, a análise textual não ocorre segregada da investigação sobre o contexto de produção ou de interpretação. Ao pensar texto como produto de – e como recurso para –, o autor elabora um conceito amplo de discurso, tomando a linguagem escrita como um elemento entre outros, cuja leitura está condicionada a formas semióticas anteriores (Maniglio, 2009). Uma das questões principais da ACD diz respeito, portanto, à informação social embutida de forma implícita nos discursos hegemônicos.

Em abordagem inspirada nos trabalhos de Fairclough, Teun van Dijk defende que a questão central da ACD “é saber como o discurso contribui para a reprodução da desigualdade e da injustiça social determinando quem tem acesso a estruturas discursivas e de comunicação aceitáveis e legitimadas pela sociedade” (van Dijk, 1994: 6). Para este autor, o núcleo das questões pesquisadas pela ACD reside no conhecimento criado através das estratégias discursivas de diferentes textos. O conhecimento não é um “produto natural” e não “cresce” espontaneamente nos indivíduos. Ele é, ao contrário, matéria circulante: passível de ser ensinado e aprendido, produzido e utilizado, vendido e consumido. Há regras sociais que regulam as interações pessoais e institucionais com o conhecimento. São tais regras que delimitam as verdades e os interesses formadores do(s) discurso(s) e, por conseguinte, do(s) conhecimento(s). Para van Dijk (2010), uma análise epistêmica do discurso:

É o estudo multidisciplinar da forma como o conhecimento se expressa, pressupõe-se, omite-se, distribui-se, etc., nos textos e na fala, por exemplo em forma de pressuposições, de estruturas de tema e comentário ou de foco, na diversidade de níveis e detalhes de descrição, etc. Esta análise “estrutural” do discurso pode incluir um componente cognitivo se examinamos fenômenos tais como as representações e os processos mentais subjacentes, ou a forma na qual a representação do conhecimento influi na formação e transformação dos modelos mentais e o conhecimento geral dos receptores. (van Dijk, 2010: 179)

Van Dijk incita-nos a indagar: “Quem produz qual conhecimento e para quem? (...) De quem são os discursos tidos como legítimos, e de quem são os tidos como ilegítimos?” (van Dijk, 2010: 176). O processamento de um discurso não é só processamento de linguagem, mas também uma forma de conhecimento que está sujeita a controle e autoridade. A comparação entre os conhecimentos que merecem atenção e os que são marginalizados/silenciados é uma das possibilidades de identificação das formas de construção do conhecimento num dado texto. As desigualdades sociais estão expressas tanto na (im)possibilidade de aceder à palavra e às formas potenciais de comunicação, quanto na (i)legitimação e circulação/estagnação do saber.

Ao mobilizar a ACD, tal qual proposta por Norman Fairclough e Teun van Dijk, nossa intenção é colocar em relevo como as estratégias discursivas de legitimação das ações da Aliança pelo Centro Histórico e o acesso desigual à comunicação social contribuíram tanto na consolidação de um imaginário público desfavorável à ocupação do Centro pela população em situação de rua quanto no fortalecimento da ideia de que um Centro Histórico limpo, livre de sujeira, ordenado e seguro só é possível mediante a “remoção de pessoas” que são tidas como as responsáveis diretas pela desordem urbana e a insegurança. Apresentaremos agora, de forma resumida, o contexto de criação da Aliança pelo Centro Histórico e os interesses que representa.

2. Contextualização: gênese da Aliança pelo Centro Histórico

A Aliança pelo Centro Histórico é fruto da atuação da Associação Viva o Centro, entidade criada em 1991 pela articulação do então presidente do Banco de Boston, Henrique de Campos Meirelles.⁶ De acordo com a própria Associação, seus objetivos são “o desenvolvimento da Área Central de São Paulo, em seus aspectos urbanísticos, culturais, funcionais, sociais e econômicos, de forma a transformá-la num grande, forte e eficiente Centro Metropolitano, que contribua eficazmente para o equilíbrio econômico e social da Metrópole, para o pleno acesso à cidadania e ao bem-estar por toda a população”⁷. Subvencionada por uma lista de mais de 300 associados⁸, a Associação Viva o Centro tem significativos interesses financeiros no centro da cidade e, tal qual aponta Ana Fernandes (2001), pertence ao novo consenso homogeneizante do vocabulário urbanista contemporâneo.⁹

6. Meirelles foi reinserido na presidência da Viva o Centro na gestão 2011-2013. Um decreto assinado em 20 de março de 2000 pelo então vice-presidente da república, Marco Maciel, declarou a Associação Viva o Centro de utilidade pública, juntamente com outras entidades consideradas beneficentes (Cf.: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2000/Dnn8897.htm).
7. Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/vivaocentro/index.htm>.
8. São associadas entidades tão distintas como a BM&F Bovespa, o Banco Nossa Caixa, a Faculdade Anhembí-Morumbi e a Secretaria de Estado da Justiça. A lista completa pode ser consultada em: <http://www.vivaocentro.org.br/vivaocentro/associados.htm>.
9. A ordem do discurso urbanística identificada por Fernandes alcançou hegemonia entre as décadas de 1980 e 1990, potencializada pelo poder de intervenção e patrocínio dos organismos internacionais, e atualmente delimita a pauta de possibilidades de construção das cidades contemporâneas. Trata-se de um neotradicionalismo (que inseriu conteúdos conservadores em bandeiras como memória, história, comunidade e lugar) e “tem dado origem a um conjunto de intervenções que, em sua maioria, banalizam o conteúdo de seus conceitos de base e dão origem a desenvolvimentos conservadores, tanto do ponto de vista dos processos dominantes de estruturação do território, que simplesmente negam, como também do ponto de vista social – são empreendimentos segregacionistas em grande parte – e formal – são repetitivos, normativos ao extremo e inventam um falso passado” (Fernandes, 2001: 325).

Ainda que não expresse de forma explícita em seus objetivos e princípios manifestos, um dos pilares de atuação da Associação é a racionalização dos recursos presentes no Centro Histórico, com sua rede nevrálgica de serviços e transportes. É justamente na compreensão do que seja a racionalização desses recursos que emergem as principais contradições na atuação da Associação. Como apontam os estudos de Heitor Frugoli Jr. (1998, 2001a e 2001b), as disputas entre os diversos grupos que compõem o Centro Histórico são expressão da relação problemática entre cidadania e mercado. Mesmo alardeando suas propostas como benéficas para “interesses gerais”, a Associação constrói um discurso a respeito das classes populares que pode resultar em práticas de exclusão social:

De acordo com sua consultoria urbanística [da Associação Viva o Centro], há uma tendência a se considerar que os pobres realizam uma ocupação residual dos espaços urbanos, o que explicaria em parte sua presença na área central. Além disso, há o diagnóstico de um sistema de transporte coletivo irracional, convergindo excessivamente para o Centro, o que produziria, por sua vez, uma presença popular em massa desnecessária na região – porque simplesmente de passagem. Uma reorganização desse sistema incidiria sobre essa massa, distribuindo-a para outras regiões, o que dessa forma poderia reduzir tanto a mendicância quanto o comércio informal. Isso propiciaria, conseqüentemente, o atendimento do “verdadeiro interesse popular”, entendido como os empregados das empresas – que constituem, por sinal, um habitual público-alvo de revitalizações urbanas em metrópoles do Primeiro Mundo (Frugoli Jr., 2001a: 60).

Com uma proposta urbanística consolidada, a Associação Viva o Centro colocou em marcha estratégias de engajamento do empresariado e influência na gestão estatal. Para tanto, pautou deliberadamente o discurso público, construindo espaços próprios de enunciação capazes de consolidar uma ordem do discurso com argumentos condizentes ao planejamento urbano defendido. Exemplo palpável foi o fato de reservar um número de sua revista trimestral, a URBS, para preparar o terreno da discussão sob o sugestivo título

“Gestão urbana: a Prefeitura pode cuidar de tudo?”. A resposta a essa pergunta é, obviamente, não. A solução proposta é a estratégica *aliança* entre poder público e entidades privadas, um modelo “inovador” de gestão urbana. Conforme a revista institucional: “o compartilhamento da gestão urbana entre as autoridades municipais e a iniciativa privada surgiu como forma de requalificar áreas da cidade que sofriam com a crescente suburbanização e é, hoje, muito comum em várias partes do mundo, especialmente nos EUA” (Viva o Centro, 2009: 27).

Inspirada nos BID’s (*Business Improvement Districts*, a experiência nova-iorquina considerada precursora na articulação da iniciativa privada com o poder público), a Aliança pelo Centro Histórico foi alardeada como uma experiência internacionalmente bem-sucedida e inédita no Brasil, prometendo fazer história e tornar-se um modelo de atuação a ser replicado em outras regiões da cidade. A iniciativa levada a cabo poderia recuperar o patrimônio do Centro Histórico que, conforme a Associação, não é usufruído por todos os seus cidadãos e cidadãs, a despeito dos esforços coadunados pelos poderes públicos municipal e estadual:

boa parte da população da cidade não sabe disso ou não percebe isso claramente [os esforços dos poderes públicos]. Ela sabe que esforços estão sendo feitos, mas ainda tem do Centro a imagem de uma área decadente, perigosa, suja, cheia de camelôs, mal iluminada e com uma enorme população de rua desassistida. Com isso, muitas pessoas não aproveitam todo o potencial do Centro, seus atrativos culturais e de entretenimento, seu comércio. Empreendedores deixam de investir na área. Para mudar essa situação é que está nascendo a Aliança pelo Centro Histórico (Viva o Centro, 2008a: 3).

Distante dos discursos pseudo-críticos tipicamente corporativos que denunciam a incompetência irresponsável por parte do poder público, a estratégia da Associação foi legitimar em tom condescendente os “esforços” da prefeitura e do governo estadual, enunciando ao mesmo tempo a boa vontade e a incapacidade do Estado para manter acessível “todo o potencial do Centro” e

apostando na possibilidade de transformação através da convergência de estratégias, ou seja, pela criação da Aliança¹⁰. Num marabalismo discursivo, “boa parte da população” (composta, presumivelmente, pelas classes médias e altas) é descrita como “excluída” do centro em virtude da imagem negativa do local. É relevante enfatizar o reforço dessa visão a respeito da área, alcançada na enunciação que alinha adjetivos como “decadente, perigosa, suja, mal iluminada” com “cheia de camelôs (...) e com uma enorme população de rua”. Escuridão, sujeira, perigo e pessoas que não integram a “boa parte da população” são sobrepostos como uma “situação” a ser transformada pelo “nascimento da Aliança”.

De acordo com o material institucional (Viva o Centro, 2008b e 2008c), há na Aliança atribuições claras para cada parceiro: i) ao governo do estado é conferida a responsabilidade pela Segurança Pública, com o compromisso de que seja implantado um programa de policiamento comunitário e de que seja intensificado o policiamento já existente; ii) a iniciativa privada fica responsável pela implantação de uma Central 24 horas, a manutenção da equipe de Agentes de Qualidade Total (zeladores e zeladoras urbanas), bem como o apoio ao/à turista e ao/à visitante, que passa a compartilhar com os governos municipal e estadual; iii) ao governo municipal é atribuída a responsabilidade de implantação de um programa de qualidade total nas áreas de zeladoria urbana – varrição, coleta de lixo, lavagem dos logradouros públicos, iluminação e controle da ocupação irregular do espaço público com a implantação da GCM comunitária –, além da segurança de trânsito.

Dessa forma surgiu na cidade de São Paulo, mais especificamente no Triângulo Histórico da capital, uma iniciativa que buscava, por meio da “zeladoria urbana”, uma cidade “ideal”, limpa, segura e pronta para ser desfrutada por (quase) todos/as os/as cidadãos/ãs da metrópole. Ao assumir a implantação da zeladoria para o Centro de São Paulo no âmbito da Aliança pelo Centro Histórico, a Associação Viva o Centro

10. As parcerias com o poder público têm como principal articulador o então subsecretário das prefeituras Andrea Mattarazzo, bem como representantes da Associação de Comerciantes, a OAB/SP e a BM&F Bovespa.

explicitou, de forma contundente, suas práticas em relação às classes populares que vivem e ocupam essa região e, de forma mais agonística, sua proposta de reclusão social da população em situação de rua como medida pública necessária para a viabilização de um Centro limpo, ordenado e seguro.

Tal iniciativa não foi recebida por toda a sociedade da mesma forma. A população em situação de rua organizada e seus parceiros e parceiras tiveram um papel importante na contestação de tais ações. Utilizaram-se inclusive de dispositivos jurídicos, como as representações enviadas ao Ministério Público do Estado de São Paulo e ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), e pautaram, mesmo com uma repercussão modesta na imprensa, os debates que seriam realizados nos anos posteriores a respeito da inclusão das perspectivas das classes populares na gestão do espaço urbano, nomeadamente dos/as representantes organizados/as da população em situação de rua. Apesar desses esforços parece ter havido, pelo menos no momento inicial de divulgação sobre a Aliança, um discurso ideológico hegemônico a favor dos benefícios resultantes de suas ações nos principais veículos de comunicação social da cidade. Nossa intenção a seguir é investigar as estratégias discursivas da mídia hegemônica ao noticiar o “nascimento” da Aliança pelo Centro Histórico.

3. Análise empírica: Aliança pelo Centro Histórico na mídia hegemônica

Segundo van Dijk, o jornalismo deve ser estudado primeiramente como um “discurso público”. Este autor enfatiza a necessidade de análise aprofundada do(s) texto(s), com capacidade de visibilizar as estratégias de enunciação e os processos cognitivos a partir da ACD. Realizamos, através da internet e de coleta de material impresso, levantamento em periódicos jornalísticos de abrangência nacional e líderes de tiragem, bem como em veículos locais distribuídos gratuitamente em pontos de grande circulação de pessoas. Durante os

anos de 2008, 2009 e 2010 contabilizamos 32 reportagens, matérias e notícias sobre a Aliança pelo Centro Histórico.¹¹

Nesse *corpus*, identificamos repetidas formas discursivas que sugeriam um conhecimento tácito sobre o Centro e seus “problemas”, acessado simplesmente pelo olhar e compartilhado por qualquer pessoa que caminhe no Triângulo Histórico. Esse conhecimento construído de forma implícita, paulatina e constante é importante para compreendermos porque “boa parte” (ou a “parte boa”) das pessoas que transita pelo Centro da capital se mostra aliviada com a implementação de políticas de viés claramente higienista.

No tocante à Aliança pelo Centro Histórico, as estratégias discursivas de legitimação adotadas pela Associação Viva o Centro e seus parceiros, nos mais diversos meios de comunicação (boletins internos, informes, website e matérias jornalísticas), foi fundamental para criar a ideia de uma suposta “solução final” para os problemas do Centro Histórico, repetindo reiteradamente a associação linear entre desordem/violência e ordem/paz. O discurso construído no âmbito dos materiais de divulgação da Aliança foi acatado praticamente sem alteração pela mídia hegemônica analisada.

Uma das estratégias semióticas mais frequentes nas reportagens foi a utilização de fotografias de corpos de pessoas em situação de rua totalmente enrolados em cobertores ao lado de sacos de lixo e sujeira, que restringiam, pela falta de contato olho no olho, qualquer possibilidade de empatia ou sensibilização pela sua situação. O conjunto de subentendidos sobre a situação de rua que vai sendo sugerido é fundamental para outra estratégia presente nos textos jornalísticos: a generalização. A partir da legitimação de um conhecimento mediado

11. O Estado de S. Paulo publicou um total de 4 matérias (2 em 2008 e 2 em 2009); o Jornal da Tarde publicou 6 matérias (3 em 2009 e 3 em 2010); o Diário do Comércio foi o veículo que mais publicou informações sobre a Aliança pelo Centro Histórico, perfazendo um total de 10 matérias (1 em 2008, 5 em 2009 e 4 em 2010); o jornal Destak publicou 5 (2 em 2008, 2 em 2009 e 1 em 2010); o Metrô News publicou 2 notícias em 2009; a Veja São Paulo também reservou 2 matérias para a iniciativa em 2009; o Diário de São Paulo publicou 1 matéria em 2008 e 1 em 2010; a Folha de S.Paulo publicou 1 notícia em 2008; e o jornal Valor Econômico publicou 1 matéria de página inteira em 2008.

apenas pela visão (“basta olhar o Centro da cidade”), qualquer transeunte se transforma também em testemunha ocular e especialista no fenômeno, podendo generalizá-lo a todas as pessoas que se encontram em tal situação.

A autoridade epistêmica é terminantemente negada à população em situação de rua. O “nós” identificável nos textos jornalísticos compartilha conhecimento *sobre* essa população (excluindo-a). Enunciados desse calibre corresponsabilizam leitores e leitoras na construção do conhecimento, eximindo-se de um enfrentamento público que pudesse atribuir responsabilidade pela elaboração de discursos segregatórios ou preconceituosos “sobre” o Outro. Da mesma maneira, à população em situação de rua não se cogita a possibilidade de ocuparem papel ativo/positivo na produção do espaço urbano. Os textos jornalísticos compartilham com a Aliança a reivindicação por “assistência” para sanar o “problema” das pessoas desprovidas de endereço. Parece haver um procedimento discursivo paralelo ao identificado por Viviane Resende e Mariana Marchese em relação à elaboração de um testemunho publicado na revista *Cais*: “Pessoas que de fato estão em condição de pobreza material aparecem posicionadas em um lugar passivo, impossibilitadas de empreenderem ações para a mudança social” (2011: 175).

A objetificação/exotização da população em situação de rua já foi identificada em outros estudos sobre jornalismo hegemônico brasileiro. Ao investigar o retrato da exclusão social na imprensa a partir da ACD, Theresa Frazão (2009) salienta que os fatos noticiados sobre pessoas em situação de rua estão restritos quase exclusivamente ao caderno policial: “a morte desses indivíduos destituídos da sua cidadania, (...) os aproxima de todos os outros cadáveres anônimos que os antecederam” (2009: 147). Tomás Gomes de Melo (2012), pesquisando jornais paranaenses entre 2010 e 2012, salienta que mortes por hipotermia entre a população de rua são com frequência catalogadas na editoria “Clima”, indicando a primazia do frio em detrimento da vida dessas pessoas. Incluindo-os nas páginas policiais ou nos noticiários sobre o inverno, o discurso jornalístico evita

tecer julgamentos sobre o desaparecimento de quem já era um “ser desaparecido na cena social” (Frazão, 2009: 147).

Em relação à divulgação midiática das propostas da Aliança pelo Centro Histórico, cabe indagar como as estratégias discursivas puderam empregar terminologia pretensamente igualitária (pró-defesa da cidadania, não imputável em acusação de preconceito) e simultaneamente legitimar a estigmatização dos camelôs e a segregação da população em situação de rua. Visando aprofundar esse paradoxo, optamos por analisar dois exemplos de reportagens, selecionados por serem os maiores textos publicados (incluindo o conjunto de imagens e conteúdo textual). São duas matérias assinadas, contendo fotos e infográficos, que ocupam página inteira e foram publicadas no ano de 2008 nos jornais *Diário do Comércio* e *Valor Econômico*.¹²

a. *Diário do Comércio*

Em 27 de maio de 2009, o jornal *Diário do Comércio* publicou uma reportagem anunciando as propostas da Aliança pelo Centro Histórico. A matéria recende à profecia de Orwell, segundo a qual “quem controla o passado controla o futuro, quem controla o presente controla o passado” (2005: 22). A sobreposição de um imaginário romântico de passado e de um desejo idealizado para o futuro faz parte do próprio título: “No Centro, triângulo histórico antecipa a São Paulo ideal”. O triângulo, descrito pelo repórter como “área equivalente à São Paulo de 1810”, é o local designado para abrigar a futura cidade “dos sonhos”. O destino, possibilitado por um “modelo inspirado ao adotado em cidades norte-americanas”, será a construção de “espaço público de primeiro mundo”. A urgência de transformação do presente

12. *O Diário do Comércio*, de circulação diária, possui tiragem de 29 mil exemplares e é editado e publicado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e distribuído em São Paulo e mais 22 estados brasileiros. O jornal *Valor Econômico* é fruto de uma parceria entre o Grupo Folha e as Organizações Globo e é especializado na cobertura do jornalismo econômico, possui tiragem diária de 27 mil exemplares e é distribuído em todo o território nacional.

sugere uma projeção evolucionista que não esconde onde está (nem quem é) o padrão almejado.

A narrativa começa com uma pretensa descrição da praça Paulo Duarte, no largo São Francisco, onde uma árvore “parece ter sido enfeitada para uma festa junina”, repleta de pontos coloridos. A “ilusão” de beleza é prontamente desmascarada: “(...) quando o observador chega perto, a decepção é grande: a copa está repleta de lixo, roupas velhas, garrafas de refrigerantes e até um guarda-chuva destroçado. São coisas que os moradores de rua colocaram para secar no respiro do metrô e que o vento sopra para o alto da árvore” (Osman, 2009: 10). As “coisas” da população em situação de rua não são consideradas como propriedade privada, mas como “lixo”, conotação reforçada pela primeira das 16 fotos presentes na matéria, na qual um pé de chinelo (provavelmente o bem de um cidadão) recebe a legenda “Sujeira no piso da Praça da Sé”. A repetição exaustiva da categoria “lixo” colada à população em situação de rua funciona como um mecanismo de aderência pegajoso que transfere o nojo do lixo e da sujeira às pessoas “que-não-somos-nós” (Ahmed, 2004). Ao mencionar a catação realizada pela “pobre gente” que vasculha o lixo urbano, Thereza Frazão assevera: “Quem olha *de fora*, tende a associar o ser humano com esse lixo” (2009: 136, itálicos adicionados).

A cena testemunhada pelo “observador” é descrita pelo *Diário do Comércio* como “surpreendente, mas não única”. Retomando a vergonha do presente frente ao passado (e a nostalgia da hierarquia calcada na submissão), a reportagem continua: “sob os pés da estátua de padre José de Anchieta, fundador da cidade, dois homens dormem profundamente. Ao lado, há um monte de lixo” (Osman, 2009: 10). A frase reforça o processo de objetificação da população em situação de rua: se dormem (profundamente) certamente não observam nada, estão excluídas inclusive do papel de “observadoras”, restando pouco ou nada de humano a ser compartilhado “conosco”. São tais pessoas as responsáveis não apenas por decepcionar “o observador” (sujeito imparcial que compartilha o nós do enunciado), mas também por ocupar indevidamente um espaço que supostamente deveria ser

público. A decepção é acentuada pela insinuação de que a legislação de trânsito é desrespeitada em favor dos/as catadores/as de papel: “Perto dali (...) uma carroça de ferro velho está estacionada na calçada, em local proibido a carros e motos”.

Frente a tanta decepção, a possibilidade de redenção se enuncia na promessa do terceiro parágrafo: “Cenas como essas não deverão se repetir a partir do dia 1º. de agosto, quando terá início, para valer, o projeto Aliança pelo Centro Histórico (...) com apoio de empresas, entidades, Prefeitura e governo do Estado”. Alcançar o futuro, afinal, exige a “Aliança”¹³ entre entidades privadas e poder público, cabendo às primeiras “cobrarem” respostas do governo do estado e da prefeitura. O futuro sonhado implica deslocamentos no tempo e promessas de ampliação de espaços de circulação para os “verdadeiros cidadãos”: “Será uma área de excelência nos serviços públicos, limpa e organizada, sem buracos nas calçadas e capaz de *receber de volta os paulistanos e os turistas*” (itálicos adicionados).

Duas são as pessoas incluídas como informantes na reportagem: o engenheiro Marco Antônio Ramos de Almeida, superintendente geral da Associação Viva o Centro, e Luiz Carlos Granieri, dono da joalheria Conde de Monte Cristo e presidente local do Rotary Club, descrito como um “entusiasta da ideia”. Nenhuma outra voz é convocada a declarar perspectivas discordantes, que são antes incorporadas antecipadamente ao discurso totalizante da própria proposta. Afirmações de Almeida asseveram: “Não é uma utopia, mas uma realidade”, “Sabemos que a realização do projeto exige respostas para grandes problemas” ou “A ideia não é empurrar os problemas para outros pontos da cidade, mas, realmente, resolvê-los”. Muito mais do que antecipar possíveis críticas, tais enunciados impossibilitam sua formulação, limitando o espaço de debate. Ao pretensamente acionar as discordâncias antes mesmo de serem formuladas, as declarações publicizadas dão um tom de diversidade que não se concretiza na estruturação do discurso.

13. Nos termos do Método sincrônico-diacrônico para análise linguística de textos a Aliança pelo Centro Histórico seria possivelmente enquadrada como Falante-Protagonista (ver Resende; Marchese, 2011: 159).

As 17 figuras (1 infográfico e 16 fotos) elaboram um discurso imagético contundente. A enumeração da lista sob o título “Problemas a serem atacados” inclui fotos desabonadoras com as seguintes legendas: 1) Lixeiras quebradas na Rua Boa Vista; 2) Camelôs diante do Mosteiro de São Bento; 3) Roupas em uma árvore na Praça Paulo Duarte; 4) Moradores de rua na Praça da Sé; e 5) Lixo no Largo do São Francisco. O enunciado do *Diário do Comércio* se constrói na articulação entre o (i) sujeito-agente: a Aliança; (ii) os/as observadores/as, potenciais leitores/as da matéria que compartilham o “nós” enunciado: paulistanos/as e turistas; e (iii) os “problemas” a serem enfrentados, que incluem numa mesma categoria a falta de manutenção no mobiliário urbano e as formas alternativas de ocupação do espaço público alimentadas pela desigualdade social. Num discurso que mescla saudosismo histórico e prognóstico deslumbrado, a Aliança é alçada ao papel de catalisadora do desejo de mudança e principal força transformadora em atuação.

b. Valor Econômico

No Caderno A de *Valor Econômico*, jornal de abrangência nacional voltado para o público empresarial, foi publicada em 9 de junho de 2008 a matéria “Cidade de São Paulo tenta criar espaço de utopia urbana” (Totti, 2009: A12), que está estruturada, em termos gerais, em dois pilares distintos, embora intrinsecamente interrelacionados: (i) realiza-se um diagnóstico determinado acerca de um “problema” identificado discursivamente e (ii) propõe-se uma solução específica para a resolução do “problema” detectado. É com base nesses dois momentos que se desenvolverá a análise aqui proposta.

Com relação a (i), pode-se afirmar que a própria ideia de utopia sinaliza a não-existência de uma situação ideal, que deve ser aspirada e convertida, pouco a pouco, em realidade. Dessa maneira, a utopia configura, em si mesma, uma espécie de ideal normativo que se define via de regra em *oposição* a uma realidade não ideal – portanto indesejada – existente. Na matéria, a utopia urbana remete, por um lado, à recuperação do momento de “nascimento” – “São Paulo

nasceu há 454 anos” – de uma cidade antiga e mítica, uma espécie de “tempo perdido” no passado. Por outro lado, tal mito fundacional se configura não como retorno ao passado, mas como orientador de um futuro para o qual empresas e poder público estão “a preparar-se”: “empresas comerciais e de serviços da região reciclaram seus imóveis nos últimos anos”; “grandemente geradoras de emprego como a Atento (...) mudaram-se para o Triângulo”; “(...) a própria prefeitura abriu caminho para a revitalização, transferindo-se para o Viaduto do Chá”. Tal movimento de “reciclagem” ou “revitalização” reveste os velhos ideais com roupas novas, retoma o passado na possibilidade de realização plena de um novo futuro utópico por meio da “melhora geral da economia”. O momento presente de crescimento econômico, portanto, aparece como o meio que torna possível recuperar o mito fundacional como uma força inevitável que conduz a um ideal futuro, ligado à “criação de um centro de negócios no centro da cidade”. Assim, ao retratar a utopia que será, o texto da reportagem assume um tom profético, através do uso de verbos no futuro do presente – incomum e considerado demasiado formal para a linguagem jornalística, aproxima o texto da linguagem bíblica (lexicalização): “(...) pessoas que ali trabalham *poderão fazê-lo* sem nenhuma outra preocupação”; “(...) frequentadores do bar Salve Jorge *não mais se preocuparão* com trombadinhas e pedintes *e poderão* concentrar-se na volatilidade dos negócios” (itálicos adicionados).

A que serve tal construção discursiva da utopia, que conecta passado e futuro propondo “reciclar” ou “revitalizar” um ideal passado, paulatinamente, na construção de um novo horizonte futuro? Ela sugere implicitamente que a realidade atual – não ideal e indesejada, em contraponto ao ideal utópico normativo – é uma espécie de desvio de curso, uma anomalia, situação que está “fora da ordem”, é “ilegal”. Dessa maneira, gera-se o efeito de uma polarização hierarquizante entre a utopia enquanto ideal superior e uma realidade degenerada em contraponto a esse ideal, que necessita, portanto, *ser corrigida*. Em outras palavras, a estratégia discursiva da utopia implica uma pressuposição necessária, em que faz-se mister corrigir a situação

presente não ideal, tal qual fosse um desvio de uma norma tida como hierarquicamente superior.

Na reportagem, fica clara qual é a antiutopia a ser extirpada: “a ‘desordem social’ (desocupados, população de rua, mendigos)” e a “‘desordem física’ (prédios abandonados, terrenos baldios, ambientes degradados)”, vistos como a causa da “violência”, em contraponto a um cenário utópico de “paz” e “segurança”: “(...) um lugar onde todos se sintam bem, trabalhem, passem, façam turismo tranquilamente”. Observa-se, ao longo de todo o texto, o uso de assíndeto com duas finalidades diferentes. Primeiro, a fim de associar termos que não se relacionam *a priori* tal qual fossem sinônimos, por exemplo: “desocupados, população de rua, mendigos”, ou, então, “trombadinhas e pedintes” e “livre de violência, camelôs e mendigos”. Isso gera a pressuposição de um compartilhamento tácito, entre o emissor e o/a receptor/a, de preconceitos tais quais “pessoas em situação de rua são desocupadas”, “pedintes são trombadinhas” e “camelôs e mendigos são violentos”, legitimando discursivamente ações contra certos segmentos da população sem que seja preciso colocar-se de maneira explícita, com o efeito de desresponsabilizar o emissor pela construção de um conhecimento segregatório sobre esse segmento da população. Já o segundo efeito do assíndeto é redução de questões sociais a problemas de ordem meramente burocrática, mecânica ou administrativa que, no caso da reportagem analisada, culmina na própria desumanização do Outro. Analisemos o seguinte excerto: “(...) nesse pedaço de São Paulo (...) (a) não mais haverá lixo acumulado nas esquinas, (b) funcionarão todas as lâmpadas de iluminação pública, (c) o piso de pedras portuguesas das vias de pedestres – 85% da área – não terá falhas, (d) nem o asfalto, buracos, (e) crianças não dormirão debaixo das marquises e (f) os mendigos serão recolhidos a um albergue, longe do triângulo”. O encadamento dos períodos, em que (e) e (f) são colocados indistintamente após (a), (b), (c) e (d), gera a impressão de que crianças e “mendigos” são meras “peças”¹⁴ que

14. A alusão ao conceito “peças” neste contexto remonta o uso do conceito Stuck durante o período do nacional-socialismo na Alemanha, forma desumanizadora com que a SS se referia às pessoas presas nos campos de concentração.

podem ser simplesmente “recolhidas” e burocraticamente retiradas para “longe” do Centro Histórico. Afinal, já diz o texto, “[t]udo tem de funcionar num padrão de rigorosa qualidade”, como se se tratasse de uma questão de pura técnica empresarial. Tal estratégia discursiva equipara “crianças” e “mendigos” a “lixo acumulado”, “lâmpadas”, “piso de pedra”, desumanizando aqueles/as que vivem em situação de rua e procurando lograr, através do discurso, maior aceitabilidade da proposta de remoção das pessoas em situação de rua do centro da cidade. Ademais, ao tratar a situação de rua como uma questão burocrática, evita-se discursivamente qualquer questionamento sobre as causas que levariam as pessoas a viver nas ruas.

Mais adiante, o texto faz uso de uma estratégia ainda mais agressiva – ao afirmar, por exemplo, que “ambulantes *infestam* o centro”, são “*centenas*” e “*estão quase a invadir a 25 de Março*” (itálicos adicionados) –, apresentando o comerciante ambulante ou as pessoas em situação de rua como uma espécie de epidemia, de parasita ou praga a ser extinta, como se fossem, por assim dizer, insetos indesejáveis. Nos dois textos menores que seguem a matéria principal, a reportagem chega a ponto de ridicularizar e inferiorizar os/as vendedores/as ambulantes ao transpor, para a linguagem escrita, registros orais que são considerados, desde uma perspectiva equivocada que toma a norma culta da língua portuguesa como normativa e a única modalidade admissível, errados. Ao registrar intencionalmente e de maneira forçada “desbroquei”, “Tom Cruz”, “Angelina Jóli [*sic*]”, “Leva seis DVD e paga cinco real”, a intenção foi, claramente, a de estigmatizar o/a vendedor/a ambulante através da deslegitimação por uso gramatical e de entonação linguística distintos da norma culta. Sua estratégia discursiva visa retirar do/a vendedor/a – e, por analogia, todos/as aqueles/as identificáveis como tal – a agência e a capacidade de falar por si mesmo/a.

Passamos, agora, à análise de (ii), acerca da solução específica para a resolução do “problema” detectado pela Viva o Centro que, como vimos, consiste na remoção de pessoas em situação de rua e vendedores/as ambulantes da região do Centro Histórico da cidade de São Paulo. O texto, ao focar a suposta incompetência da

municipalidade e do Estado através da PM e da GCM em reprimir o comércio ambulante ou a presença de pessoas em situação de rua do Centro Histórico, propõe uma espécie de parceria público-privada como solução, baseada tanto no conceito “qualidade total” quanto no conceito “tolerância zero”. Este último baseia-se na exaustivamente criticada política do prefeito novaiorquino Rudolph Giuliani¹⁵ que, a partir da metáfora “broken windows”, propõe não apenas a repressão diante da presença de um crime, mas a vigilância constante e *a priori*, com enfoque em públicos-alvo específicos, a fim de evitar qualquer oportunidade para a ocorrência de um suposto crime. O conceito central deixa de ser a repressão *per se* e passa a ser o de “vigilância constante”.

Ora, ao serem construídas discursivamente como incapazes de pensar e falar por si mesmas, o conceito “vigilância constante” não só legítima, como também requer, dentro da lógica argumentativa, qualquer ação contra pessoas em situação de rua e vendedoras ambulantes *a priori*, independente de os indivíduos que compõem o grupo haverem ou não cometido alguma espécie de crime. A intervenção policial passa a ser justificada não mais pelos possíveis crimes que um indivíduo possa eventualmente cometer, mas pura e simplesmente pela identificação imediata enquanto pertencente a determinados grupos da sociedade. Como podemos caracterizar tal discurso senão como uma apologia à remoção forçada e ao uso de violência contra a população em situação de rua e dos/as comerciantes ambulantes? “[É] preciso *retirar e não deixar mais voltar*”, é necessário “*acabar com a feira*”, “*recolhê-los*” “a um albergue, *longe do triângulo*”, é necessário “*varrer o centro*”, ou, ainda, “[c]om permanente vigilância será *eliminado* aquilo que o coronel PM Álvaro Camilo (...) chama de ‘desordem social’ (desocupados, população de rua, mendigos)” (itálicos adicionados): tais excertos falam por si só. Não só se almeja o desaparecimento total desses grupos – para não dizer seu próprio extermínio –, como também se encara isso como tarefa inevitável, de maneira calculista.

15. Tal política foi acusada de dar margem ao aumento da brutalidade policial contra jovens negras e minorias em Nova York.

A reportagem mostra-se, portanto, portadora de um discurso altamente eugenista, racista, totalitário, classista e, em última instância, legitimador e incitador de ações truculentas contra essa população. Dentro da chave do registro utópico discursivo, por fim, pode-se afirmar que a população em situação de rua e as comerciantes ambulantes emergem como *o entrave* para o pleno desenvolvimento econômico e a possibilidade de realização da utopia urbana. Como consequência, tais grupos devem desaparecer. Seu extermínio revela-se, no texto, a própria chave para o desenvolvimento econômico. Assim, a utopia urbana higienista da Viva o Centro, a fim de ser realizada, requer necessariamente o uso de violência contra as classes populares presentes no centro da cidade.

Considerações finais

Como argumentamos ao analisar as reportagens selecionadas, a macroestratégia semântica da Associação Viva o Centro e sua Aliança pelo Centro Histórico foi criar um léxico dicotômico, que identificava – em polos opostos, de forma direta – limpeza, ordem, iluminação e privatização do espaço público contra sujeira, desordem, violência e escuridão. Nesse léxico – fundamentado por fotos e esquemas gráficos –, a população em situação de rua surge, de forma evidente e incontestável, como a responsável pela desordem pública, representando uma ameaça constante ao ir-e-vir de pessoas de “bem”, “as verdadeiras cidadãs”. Tal léxico também se esforça por evidenciar que, sem medidas enérgicas levadas a cabo por instituições privadas, o poder público fatalmente perderá a batalha contra essa “ameaça”. A única saída, de acordo com as estratégias discursivas da Associação Viva o Centro, seria utilizar a competência dos empresários e empresárias do centro para (re)conduzir a cidade de São Paulo ao posto de liderança da nação e (re)construir, nessa espécie de condomínio privado, o espaço de uma “verdadeira utopia urbana” (Totti, 2009: A12).

Se, de um lado, tal léxico nos chama a atenção pela forma explícita com que relaciona pobreza ao crime e “ocupação irregular

do espaço” às pessoas pobres, de outro lado também é interessante notar a ausência total de fontes da própria população em situação de rua, seu movimento social organizado, entidades que trabalham com essa população no centro da cidade ou especialistas que estudam e trabalham com a problemática, representando, mesmo que de forma ilustrativa, um contraponto aos supostos benefícios da Aliança. Transeuntes ou trabalhadores e trabalhadoras da região central tampouco foram entrevistados. A fala uníssona é facultada exclusivamente às responsáveis pela implementação da Aliança e seus parceiros e parceiras. Vendida de forma unilateral tanto pela imprensa hegemônica quanto pelos/as interlocutores/as da Associação Viva o Centro, tal iniciativa é considerada *a priori* como geradora de resultados indiscutivelmente positivos.

Ao constatar a vinculação do projeto de utopia urbana proposto pela Associação Viva o Centro à expulsão e eliminação da população em situação de rua e vendedores/as ambulantes do centro da cidade, podemos afirmar, de acordo com a ACD, que o discurso analisado corrobora a estigmatização, desumanização e a violência contra essa parcela da população. Longe de ser um paradoxo, a terminologia pretensamente pró-cidadania torna-se uma estratégia para evitar a emergência de possíveis críticas e atenuar o conteúdo higienista que move o discurso analisado. A questão persistente, no entanto, que não foi colocada por nenhum dos jornalistas das matérias em análise é: A quem tal iniciativa traria benefícios? Ou, com ainda mais ênfase no engajamento político: para quem ela seria prejudicial? Quais são as pessoas não convidadas para integrar a “Aliança”?

Recebido em: 5/11/2012

Aprovado em: 15/1/2013

leatosold@usp.br

lennitaruggi@hotmail.com

rosebs@ces.uc.pt

Referências bibliográficas

- Ahmed, S. *The cultural politics of emotion*. New York: Routledge, 2004.
- Fairclough, N. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: C. Magalhães (org.). *Reflexões sobre análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2001a, pp.31-82.
- _____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001b.
- Frazão, T.C.J. A exclusão social vista pela imprensa. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. 10 (2), 2009, pp.134-151.
- Frugoli Jr., H. A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial. *Revista de Sociologia e Política*, 16, 2001a.
- _____. Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro. *Plural Revista de Ciências Sociais*, 8, 2001b.
- _____. O projeto da Associação Viva o Centro e as classes populares da área central de São Paulo. *Paper* apresentado no XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 1998.
- Guimarães, Cléber Pacheco. Análise Crítica do Discurso: Reflexões sobre Contexto em van Dijk e Fairclough. *Revista Eutomia*, 9. Disponível em: <http://www.revistaeutomia.com.br/v2/wp-content/uploads/2012/08/ACD-reflexoes-sobre-contexto-em-van-Dijk-e-Fairclough_p.438-457.pdf> Acesso em 22 jan. 2013.
- Maniglio, F. *Comunicación Educativa y Desarrollo Cultural. La construcción del Capitalismo Cognitivo en la Unión Europea: de Bolonia a los Derechos Culturales de la Ciudadanía Europea*. Dissertação de Mestrado. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2009.
- Melo, T. H. A. G. Desafios da impunidade: violação aos direitos humanos da população em situação de rua em Curitiba - PR. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos no 7º Encontro Anual da ANDHEP: Direitos Humanos, Democracia e Diversidade. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/andhep2012/arquivos/29_4_2012_17_12_9.pdf> Acesso em 2/jun/2012.

Oliveira Filha, E. A.; Ruggi, L.; Silva, R. B.; Tosold, L. Pessoas em situação de rua: vocabulário e desrespeito na mídia impressa. *Paper* apresentado no XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), Fortaleza, 2012.

Rahimi, F.; Riasati, I. M. J. Critical Discourse Analysis: Scrutinizing Ideologically-Driven Discourses. *International Journal of Humanities and Social Science*, 1 (16), 2011, pp.107-12.

Resende, V. M.; Marchese, M. C. “São as pessoas pobrezitas de espírito que agudizam a pobreza dos pobres”: análise discursiva crítica de testemunho publicado na revista *Cais*. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. 12 (2), 2011, pp.150-78.

Ruggi, L.; Silva, R. B.; Tosold, L. Direitos desumanos? Segurança e segregação da população em situação de rua. *Paper* apresentado no 7º Encontro da Associação Nacional de Direitos Humanos (Andhep), UFPR, 2012.

van Dijk, T. A. Política, ideología y discurso. *Quórum Académico*, 2005, pp. 215-47.

_____. Discurso, conocimiento, poder y política. Hacia un análisis crítico epistémico del discurso. *Revista de Investigación Lingüística*, 13, 2010.

_____. Ideología y análisis del discurso. *Utopia y Praxis Latinoamericana*, 29, 2005, pp. 9-36.

Viva o Centro, Associação. *Revista URBS*, 47: 2008a.

_____. Informe 240: Aliança pelo Centro Histórico, 2008b.

_____. Informe 241: Aliança pelo Centro Histórico, 2008c.

_____. *Revista URBS*, 49: 2009.

Wodak, R. Critical linguistics and critical discourse analysis. In: J. Verschueren; J. Östman (eds.) *Handbook of pragmatics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2006, pp. 2-24.